

# Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural<sup>1</sup>

*João Carlos Sampaio Torrens*

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) está convocando a I Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, a ser realizada em Porto Alegre (RS), em meados de março de 2006. Essa Plenária terá como tema central “Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural” e deverá se constituir numa etapa preparatória à realização da Conferência Nacional. As discussões travadas nessa Plenária serão de fundamental importância para a intervenção das instituições e organizações sociais brasileiras que participarão logo a seguir da Conferência Internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, promovida pela FAO.

O eixo central dessa Plenária remete ao debate sobre o papel da agricultura familiar na construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil

rural. Além desse eixo geral, foram definidas seis temáticas específicas<sup>2</sup> que buscam, de um lado, aprofundar a reflexão e o debate acerca de elementos fundamentais relacionados ao fortalecimento da agricultura familiar e, de outro lado, facilitar a apresentação de propostas de diretrizes estratégicas para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

É preciso destacar também que a contribuição aqui apresentada para as discussões preparatórias à Plenária foram, em boa medida, inspiradas nas exposições e debates realizados durante o Seminário Nacional de desenvolvimento Rural Sustentável, promovido pelo próprio Condraf, em Brasília, durante os dias 23 a 25 de agosto desse ano. Esse seminário contou com a participação de cerca de 300 participantes, representando instituições governamentais, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, centros universitários etc.

## Visões sobre o Brasil Rural

A interpretação do rural brasileiro a partir de uma visão que procura interligar as dinâmicas do agronegócio aos

<sup>1</sup> Texto elaborado para apreciação do Grupo de Trabalho criado pelo Condraf para sistematizar uma versão preliminar do documento base para a I Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Como esse texto não será aproveitado no documento base, o Deser decidiu publicá-lo visando contribuir no processo de debate preparatório à Plenária. Em relação à versão original, esse texto foi acrescido de um pequeno comentário na parte final sobre as políticas públicas implementadas pelo atual governo federal – lacuna apontada por pessoas que leram e criticaram a primeira versão. Permaneceram ainda, por falta de uma revisão mais minuciosa, algumas idéias que se repetem ao longo do texto, mas que, por outro lado, servem para reforçar a concepção geral em que se embasa essa contribuição. Por fim, deve-se destacar que um texto dessa natureza não pretende abarcar todos os aspectos implicados nesse tema, servindo principalmente como uma provocação inicial para o debate a ser travado na Conferência.

<sup>2</sup> Os seis temas específicos são: I. Diversidades Sociais e Regionais; II. Direitos e Qualidade de Vida; III. Saberes e Conhecimentos; IV. Organização e Participação Política; V. Organização Econômica e Mercados; VI. Produção e Sustentabilidade.

processos que se desenvolvem junto às formas de produção de bases familiares não significa reviver as análises clássicas do dualismo estruturalista. De acordo com esse enfoque, concebe-se a existência funcional de um setor “arcaico” e “atrasado” coexistindo com um setor “moderno” e desempenhando uma função decisiva para garantir a racionalidade do modelo de desenvolvimento econômico vigente no período expansionista dos anos 1950/60.

Diferentemente desse modelo interpretativo da realidade rural, pretende-se aqui abordar os diversos processos atualmente em curso no meio rural como, simultaneamente, complementares, concorrentes, antagônicos e, até mesmo, com facetas relativamente independentes. Contudo, é preciso esclarecer, desde já, que essa concepção não implica uma leitura naturalizada, dicotomizada e despolitizada desses processos. Busca-se focar o Brasil rural a partir da complexidade e diversidade da teia de relações que conformam o tecido social, entendendo fundamentalmente que o sentido das transformações no atual padrão de desenvolvimento dependerá dos resultados da correlação de forças políticas em jogo no conjunto da sociedade brasileira e dos compromissos assumidos entre os sujeitos sociais hegemoneizadores desse processo de lutas.

Tomando-se por base esse esclarecimento metodológico, é necessário que as discussões preparatórias à Plenária Nacional tenham como pressuposto uma concepção multidimensional do espaço rural, ou seja, não se trata apenas de um espaço meramente agrícola, voltado para a produção de alimentos básicos. Essa perspectiva de análise apresenta maior densidade explicativa, porque procura identificar outros atributos e potencialidades do meio rural, reconhecendo e valorizando significados menosprezados por outras correntes de interpretação desse espaço como, por exemplo, a preser-

vação de paisagens e do patrimônio cultural.

Nesse sentido, o Brasil rural comporta uma diversidade de ambientes físicos, recursos naturais, agroecossistemas, sistemas agrários, etnias, culturas, relações sociais, padrões tecnológicos, formas de organização social e política, linguagens, simbologias. O espaço rural do Brasil não é uniforme, homogêneo e contínuo. Ainda que os segmentos econômicos hegemônicos queiram transformá-lo num espaço onde prevaleça o esvaziamento das relações sociais e, inclusive, da biosociodiversidade, o Brasil rural permanece diverso, plural, heterogêneo. Portanto, as funções do espaço rural não devem ser vistas somente pela abordagem setorial que enfatiza o seu papel agrícola. Devem contemplar também os novos temas que estão emergindo nos debates sobre as estratégias e diretrizes para o desenvolvimento rural brasileiro, tais como os temas da pluriatividade, multifuncionalidade, territorialidade e sustentabilidade.

Em muitos casos, projetos contraditórios “convivem” lado a lado e concorrem desigualmente num mesmo espaço social. Essa “convivência” é, por definição, conflitiva e tensa, uma vez que pressupõe as origens históricas e institucionais das diferentes formas de desigualdade que marcam a estrutura social brasileira, particularmente no meio rural. De um modo geral, a agricultura familiar – segmento social responsável pela maioria absoluta dos estabelecimentos rurais do País, por sua contribuição significativa para a dinamização das economias locais e também para a garantia de grande parte da produção agrícola nacional – encontra-se sufocada pelas ações desencadeadas em favor dos segmentos sociais protagonistas do modelo hegemônico que, dentre outras características, funda-se na monocultura voltada para a exportação, na especialização das atividades produtivas de bens primários, na eliminação da mão-de-obra não-qua-

lificada, na adoção de um padrão tecnológico que provoca uma violenta degradação dos recursos naturais renováveis, uma seletividade cada vez mais acentuada dos produtores rurais e um aumento da dependência nacional em função da vulnerabilidade do mercado internacional, centrado em *commodities*.

No entanto, essas realidades não devem ser percebidas como separadas e independentes. Em determinadas circunstâncias, elas se interpenetram e produzem, inclusive, relações interdependentes, exigindo-se uma leitura mais complexa dessas situações. O movimento ambivalente do capital envolve diretamente o setor capitalizado da agricultura familiar no processo de expansão das atividades agrícolas ligadas ao chamado “agronegócio”, tais como na produção de grãos –soja, milho e trigo–, algodão, café, aves, suínos, cana-de-açúcar, leite, fumo, *pinus*, eucalipto etc. Mas isso não significa que setores menos capitalizados não estejam envolvidos nesse processo, seja por meio da relação com o mercado agrícola ou mesmo por intermédio do mercado de trabalho (urbano ou rural, formal ou informal). Portanto, para se debater a formulação de diretrizes estratégicas para o fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do desenvolvimento sustentável do Brasil rural, é preciso considerar essas diferentes interrelações, esse jogo contraditório de processos sócio-econômicos que se entrecruzam na conformação dessa realidade multifacetada.

Do ponto de vista de sua composição social, o Brasil rural é extremamente plural, diverso. Uma das formas de tipificação que procura classificar esse tecido social destaca, em termos gerais, a existência da agricultura familiar, da agricultura patronal (incluindo-se aqui os latifundiários) e dos assalariados rurais (permanentes e temporários). Porém, é preciso reconhecer que uma classificação desse tipo acaba por escamote-

ar uma diversidade de situações e particularidades que conformam a riqueza de cada uma dessas categorias sociais. Tomando-se por base as normas e parâmetros estabelecidos no Pronaf, a categoria “agricultura familiar” envolve proprietários, assentados da Reforma Agrária, posseiros, parceiros, arrendatários, colonos, ocupantes, agregados, extrativistas (castanheiros, seringueiros, quebradeiras de côco, cipozeiras etc.), pescadores artesanais, ribeirinhos, caiçaras, índios, quilombolas, dentre outras identidades específicas. Por sua vez, ainda que não possuam o mesmo grau de diversificação e diferenciação existente na agricultura familiar, os segmentos ligados à elite agrária nacional também são distintos internamente e significaria uma simplificação do debate entendê-los de maneira uniforme e homogênea. De um lado e de outro, emergem diferentes concepções, representações e projetos de futuro para o Brasil rural.

Além dessa compreensão mais ampliada acerca da composição social do meio rural, faz-se necessário também repensar a própria denominação de “rural” no País, com suas implicações políticas e ideológicas. Estudos recentes demonstram, inclusive, que o rural ocupa um lugar de maior destaque do que aquele apresentado pelas estatísticas oficiais do Censo Demográfico do IBGE. Reconsiderando-se critérios de definição das populações urbanas e rurais, adotados por reconhecidas organizações internacionais (a exemplo da OCDE), chega-se à conclusão de que a população rural brasileira pode atingir, aproximadamente, 52 milhões de habitantes, representando, assim, um terço da população total do País. A adoção de outros critérios de classificação do que se constitui como áreas urbanas e áreas rurais revela a existência de 4.500 municípios (80% do total de municípios na Federação) que, a grosso modo, apresentam características essencialmente rurais. Deve-se esclarecer que uma parcela dessas localidades municí-

país é marcada pelo desenvolvimento de atividades ligadas à pesca ou ao turismo, não se constituindo em atividades ligadas exclusivamente à agricultura.

Essa concepção diferenciada de demarcação dos espaços rural e urbano implica num novo tipo de relação entre esses espaços, de modo que se valorize e aprofunde de forma mais intensa a sinergia entre o setor primário e os setores secundário e terciário da economia. Assim, ao invés de concebê-los como espaços separados, apartados um do outro, é preciso percebê-los na sua articulação e interdependência, na medida em que grande parte do dinamismo econômico dos territórios rurais depende da capacidade de ação desempenhada pelas atividades agropecuárias, em particular pela agricultura familiar. Em outros casos, essa dinamização pode ser favorecida por um impulsionamento proveniente de outro setor da economia (como, por exemplo, a instalação de pequenas indústrias de um segmento produtivo relacionado às atividades rurais ou agrícolas).

O Brasil rural não é só o “agronegócio”, que aparece na grande mídia com suas grandes máquinas colheitadeiras de grãos, à imagem e semelhança de cenários americanos, e valorizado efusivamente pelos planejadores governamentais que só enxergam as cifras da balança de pagamentos, sem computar os custos sociais e ambientais embutidos nessa via de crescimento econômico. Nem é apenas o dos “latifúndios improdutivos”, contrários às iniciativas de democratização da propriedade fundiária, às políticas de conservação ambiental e de combate ao trabalho escravo. Ainda que essas facetas determinem o projeto hegemônico implementado no País, essas dimensões do Brasil rural não expressam a totalidade e a complexidade desse espaço social. Representam, sem dúvida, uma parcela que possui uma grande responsabilidade no que diz respeito às exportações de

produtos primários (grãos e carnes, por exemplo), mas também em relação à extração ilegal de madeira e de minérios preciosos, à devastação de grandes extensões de terras, por meio das queimadas, à eliminação da diversidade sociocultural existente nesses ambientes etc. Porém, é preciso reconhecer efetivamente que o Brasil rural é também o da agricultura familiar, dos assentados da Reforma Agrária, dos reassentados por obras públicas de infra-estrutura, dos artesãos, das populações tradicionais, enfim de uma infinidade de identidades coletivas que se (re)criam e buscam afirmar sua especificidade cultural e histórica.

Os resultados de uma importante pesquisa desenvolvida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), com o apoio do NEAD/IICA, revelam que o Produto Interno Bruto das cadeias produtivas da agricultura familiar, considerando as atividades a montante (as indústrias fornecedoras de bens de capital e insumos) e a jusante (rede armazenadora, transporte, processamento, industrialização e distribuição), representa 10,1% do PIB nacional. Por sua vez, o PIB das cadeias produtivas da agricultura patronal alcança 20,5% do PIB brasileiro. Na comparação direta entre os segmentos familiar e patronal, observa-se que o PIB das cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar representa 33% do total gerado no meio rural. Esses percentuais são bastante expressivos, quando se verifica que o volume de recursos públicos destinados à agricultura patronal é significativamente superior ao obtido pelo segmento familiar. Porém, os dados demonstram ainda que, entre 2002 e 2003, os percentuais de crescimento do PIB da agropecuária e das lavouras ligadas à agricultura familiar foram, respectivamente, de 14,3% e 18,4%, enquanto que, no mesmo período, os percentuais alcançados pelo setor patronal corresponderam a 11,1% e 14,6%.

## Projetos em disputa

**D**e um modo geral, podem ser apontadas, portanto, duas grandes tendências no que diz respeito à implementação de projetos de desenvolvimento do espaço rural brasileiro. Evidentemente, entre esses dois pólos mais extremos, representando as alternativas políticas de maior peso, pode-se encontrar uma heterogeneidade de situações intermediárias que contribuem ainda mais para tecer essa complexa teia de relações sociais. Além disso, é importante lembrar que as diversas alternativas que se desdobram desses projetos encontram-se objetivamente em disputa, representam caminhos que historicamente não estão definidos *a priori*, dependem, de fato, das lutas sociais e da disposição das forças políticas na sociedade.

De um lado, verifica-se nos dias de hoje a atualização de um projeto que reproduz no País as bases de um modelo importado, gerador de laços de dependência de insumos externos à unidade produtiva e promotor de dinâmicas econômicas socialmente excludentes e ambientalmente devastadoras. As energias que impulsionam esse projeto de desenvolvimento buscam instituir uma nova territorialidade, tecnificada, mecanizada, plana, monocromática (numa região, o dourado da soja e do trigo; numa outra, o verde da cana-de-açúcar ou do reflorestamento com árvores exóticas; em outra região, o branco do algodão; e em vastas regiões, o preto das áreas queimadas) e monoprodutora. Um território com tais características torna-se altamente dependente de outros ambientes que possam produzir os alimentos e atender as demandas de produtos não gerados por sua economia local.

No Brasil rural da atualidade persiste uma estrutura fundiária altamente concen-

trada, geradora de formas tradicionais de poder político (tais como o coronelismo e o clientelismo) e de profundos desequilíbrios sociais (a permanência de um amplo contingente de trabalhadores rurais e de agricultores familiares sem direito de acesso à terra e aos meios necessários para o cumprimento da função social da propriedade da terra, bem como dos direitos básicos de cidadania) e ambientais (a destruição desenfreada dos ecossistemas provocada fundamentalmente pela expansão das atividades pecuárias extensivas, da produção agrícola de larga escala e da extração irregular de minérios). As raízes históricas da colonização (o latifúndio, a escravidão, o patrimonialismo) configuram-se em elementos constitutivos dessa estrutura fundiária concentradora de terras e riquezas e geradora de profundas desigualdades sociais. Mas é importante perceber também que novas dinâmicas se instalam, atualizando e renovando esse cenário: diferentes formas de manifestação do capital, não só o agrário, passam a ter a propriedade privada de grandes extensões de terra como reserva de valor.

Os interesses ligados ao chamado “latifúndio tradicional” tendem a se reproduzir socialmente desenvolvendo as atividades econômicas que marcam sua trajetória histórica (extração de madeira e bovinocultura de corte) ou mesmo destinando as terras para fins especulativos no mercado financeiro. Por sua vez, os setores considerados “modernos”, estreitamente vinculados à estratégia de produção em escala de produtos primários voltados para a exportação, encontram-se nesse momento numa situação favorável, em função da política macroeconômica implementada nos últimos anos pelo governo federal, que busca a todo custo um superávit na balança comercial. Ao longo dos últimos anos, é inegável que o aumento da competitividade do agronegócio, por meio da especialização

produtiva, da adoção de tecnologias de ponta e da produção em larga escala, tem sido fundamental para a obtenção de saldos no comércio exterior, contribuindo para que a economia nacional cumpra as metas fixadas nos sucessivos “acordos” com o Fundo Monetário Internacional.

No desenho desse rural hegemônico pelo agronegócio não há espaço para as relações comunitárias, predominando um espaço esvaziado, inabitado, despersonalizado, desumanizado, uma vez que parcela expressiva das famílias produtoras vivem nas áreas urbanas. Outro elemento dessa nova configuração do rural busca extrair de seu interior tudo aquilo que permita a consolidação de processos organizativos. O espaço rural que se pretende edificar é amorfo, destituído de estruturas organizativas capazes de pressionar e mobilizar a sua base social para lutar por suas demandas e seus direitos. Desse modo, abre-se espaços para a consolidação de relações de poder de cunho autoritário e assistencialistas. Além disso, nas regiões ocupadas predominantemente pelo agronegócio observa-se, em geral, uma fragilidade das redes formadas por micro e pequenas empresas que possuem inegáveis capacidades de revitalizar as dinâmicas econômicas locais. Portanto, pode-se concluir que o crescimento e a intensificação dos ciclos das *commodities* não têm contribuído para a diversificação das localidades rurais.

Ainda de acordo com as perspectivas traçadas por esse projeto hegemônico, verifica-se também uma tendência à desnaturalização da Natureza, ou seja, um rural que, em nome da produção agrícola e do crescimento econômico, degrada ou mesmo elimina numa velocidade geométrica a diversidade dos recursos naturais (a água, os solos, as florestas, as riquezas do subsolo, o ar, a camada de ozônio), contribuindo decisivamente, por exemplo, para as alterações climáticas cada vez mais evidentes no pla-

neta. Outro aspecto ligado à desnaturalização da Natureza é a disseminação acelerada de sementes geneticamente modificadas pelos laboratórios de empresas transnacionais, introduzindo-se nos agroecossistemas novas modalidades genéticas, sem os respectivos estudos de impacto dessa iniciativa.

Esse padrão dominante de desenvolvimento institui, assim, um espaço rural verticalizado, centralizado, dependente, artificializado e, inclusive, desnaturalizado, uma vez que, no limite, a própria presença do ser humano e dos ecossistemas naturais não se justifica nesse modelo. Nessa perspectiva, exclui-se também a importância do papel desempenhado pela tradição (vista, sob esse ângulo, como sinal de “atraso”), isto é, dissolve-se a necessidade de se repassar de geração a geração os saberes tradicionalmente acumulados, pois o importante são os conhecimentos “científicos” produzidos hermeticamente nos distantes centros de pesquisa tecnológica. Isso representa uma mudança significativa do ponto de vista cultural, na medida em que rompe com um elo essencial do processo de reprodução social desses segmentos. Essas alterações, de algum modo, colaboram para desagregar as diversas representações e identidades coletivas típicas de determinados grupos sociais e regiões. Com isso, pretendem transformar esses grupos em estereótipos de um passado representante do atraso, símbolos folclóricos de uma tradição perdida no tempo.

Contudo, é necessário ressaltar que esse projeto apresenta diferenciações internas, ele não é puro ou homogêneo, no sentido de que todos os atores sociais envolvidos diretamente na sua construção estejam afinados numa mesma perspectiva econômica e política. O atual modelo de desenvolvimento, voltado fundamentalmente para favorecer esses setores, comporta, simultaneamente, uma combinação de estratégias de ação, fortalecendo a expansão do

agronegócio, mantendo intocado o lugar político do latifúndio na estrutura agrária brasileira e estreitando cada vez mais sua interface com os capitais industriais, comerciais e financeiros.

Além disso, cabe destacar que essas separações não são rígidas, puras e estáticas, podendo-se encontrar interposições e sombreamentos entre esses segmentos dominantes da elite nacional. Ou seja, um único proprietário pode possuir áreas destinadas à especulação financeira e fazendas altamente mecanizadas para a produção de grãos. Tais situações não devem ser vistas de forma polarizada ou excludente. Essas interrelações determinam, portanto, os complexos contornos dessa realidade. Como resultado dessas diferenças, os diversos interesses do capital no meio rural, ainda que possuam perspectivas diferenciadas acerca do papel do rural no desenvolvimento econômico de uma região, tendem a se beneficiar diretamente das atuais orientações estratégicas traçadas pelas diretrizes macroeconômicas do governo federal.

Porém, é preciso esclarecer que a expansão do agronegócio não deve ser realizada de modo a uniformizar por completo o território rural, substituindo sumariamente o conjunto das diversidades encontradas pela frente. Na verdade, as possibilidades desse crescimento dependem também de fatores externos, dentre os quais se destacam os próprios obstáculos de ordem física. Ou seja, para otimizar a sua rentabilidade econômica, os empreendimentos ligados ao agronegócio, de um modo geral, buscam se apropriar de terras planas, mecanizáveis e férteis para desenvolverem suas atividades produtivas. Como uma significativa parte do território rural do País não se enquadra nessas características físicas de ambiente, em função de possuir, por exemplo, terrenos de declividade acentuada, solos fracos ou inadequados para o plantio em larga escala,

ou ainda de estarem localizados em regiões de fortes restrições para a produção, não há interesse por parte dos empreendimentos ligados ao agronegócio de se instalarem nesses ambientes. Esse se constitui num dos principais motivos para que a agricultura familiar e as populações tradicionais estejam distribuídas espacialmente predominantemente nessas áreas mais frágeis e de baixa produtividade.

De outro lado, como fruto dos avanços democráticos verificados no País nas últimas décadas observa-se, paralelamente, o surgimento de um novo padrão de desenvolvimento rural com enfoque nas diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial). De acordo com os princípios e práticas dessa abordagem do desenvolvimento, o rural (e não só o agrícola) tem um papel central na construção de um novo projeto de sociedade, sendo visto como um espaço que deve diversificar e multiplicar a pluralidade tanto os sistemas de produção (e não uniformizá-los) quanto as atividades rurais não-agrícolas, viabilizar novas estratégias de conservação ambiental compatíveis com a produção agrossilvopastoril (ao invés de sobrepor o econômico ao ambiental), promover e estimular dinâmicas de inclusão social (ao contrário da tendência hegemônica de exclusão), gerar alternativas tecnológicas que favoreçam a disseminação da autonomia relativa dos produtores familiares (e não de sua extrema dependência de insumos externos à unidade produtiva).

Essas características apontam na direção de um rural que assegure a existência da diversidade dos agroecossistemas e que valorize as atividades de cunho agroecológico, orgânico ou agroflorestal, isto é, buscando interagir de forma menos conflitiva e impactante no meio ambiente e utilizando os elementos essenciais desse mesmo ambi-

ente para atingir os objetivos da produção agrícola. A ampliação dessa base diversificada de sistemas de produção assume um papel importante no processo de integração de diferentes setores econômicos, uma vez que movimenta-os e articula-os dinamicamente. Esse cenário pressupõe uma estratégia descentralizadora dos processos econômicos, em que se respeite a heterogeneidade das situações concretas, sem pretender dissolvê-las e uniformizá-las.

O resgate das formas tradicionais de manifestação e produção cultural e dos saberes locais acumulados e repassados de geração a geração, ao longo dos tempos, o fortalecimento das formas de organização comunitária, bem como a valorização e recriação das identidades coletivas subjacentes às formas tradicionais de organização social, são traços projetivos de um rural que integra a diversidade cultural dos grupos sociais que o conformam. No entanto, é importante frisar que a recuperação da tradição não implica no congelamento da realidade num passado remoto, pois tais experiências de resgate da cultura têm se articulado diretamente a vários tipos de iniciativas consideradas como típicas do mundo moderno (um exemplo disso é a utilização dos conhecimentos de produção do sabonete de óleo de babaçu pelas quebradeiras de côco para exportá-lo para a Europa, interligando-as a mecanismos do mercado internacional). Nesse caso, tradição e modernidade tecem novos elos em busca de um projeto de desenvolvimento sustentável.

A estruturação de um rural mais horizontalizado tem passado pela implementação de relações solidárias no plano interpessoal, ou seja, pela afirmação e consolidação de novas modalidades de comportamento, relacionamento e visão de mundo que possibilitem aos indivíduos romper com os diferentes tipos de preconceitos (de raça, etnia, geração, gênero, opção sexual, condição de classe, ocupação so-

cial, nacionalidade, dentre outras). O combate às desvantagens historicamente acumuladas por diversos segmentos sociais, em decorrência dessas discriminações, deve ser considerado como um eixo prioritário das políticas públicas, na medida em que aponta para desconstruir a concepção dominante que percebe as desigualdades como “naturais” e não como uma construção social. Num outro plano, essa maior horizontalidade do rural passa também pelo processo de organização social, isto é, pela formação de um conjunto diversificado de espaços organizativos (associações, sindicatos, cooperativas de produção, cooperativas de crédito, cooperativas de habitação, casas de farinha, agroindústrias, centros comunitários etc.), onde se definem os interesses e as demandas de um determinado grupo social. Nessa perspectiva, novas estruturas descentralizadas vêm se consolidando, visando uma atuação conjunta fundada na construção de parcerias e redes.

Entretanto, é preciso reconhecer também que essa outra face do Brasil rural, caracterizada pela organização familiar das formas de trabalho e de seus estilos de vida, é marcada pela existência de profundas desigualdades internas. De um lado, percebe-se a presença de um expressivo segmento que vive, em geral, nas áreas de baixa fertilidade ou impróprias à mecanização e à produção de escala, da combinação da produção agrícola para o auto-consumo, da venda de excedentes para o mercado local e da venda (temporária ou permanente) da força de trabalho para outras atividades rurais ou urbanas. Nota-se ainda a presença de um segmento tradicional que, mesmo não sendo estatisticamente numeroso, desenvolve suas atividades produtivas, ligadas à extração, agricultura, silvicultura, pecuária e pesca, em um vasto e diversificado ambiente, particularmente as florestas (amazônica e atlântica). Constituem-se em grupos de famílias que se mantêm relativamente isola-

dos, garantindo a sua reprodução social a partir de uma estratégia baseada no autoconsumo da produção agrícola, sem que isso signifique poder prescindir de uma relação, ainda que esporádica, com o mercado. Seu “distanciamento” ou “isolamento” do mercado pode ser interpretado, inclusive, como parte de uma estratégia de resistência econômica e social desenvolvida por um grupo ameaçado. Mas, certamente, revela uma clara falta de oportunidades e de alternativas para se inserir de forma justa no mercado regional. Em geral, esses ambientes caracterizam-se por uma carência de equipamentos de infra-estrutura (estradas vicinais, energia elétrica, habitação, sistemas de abastecimento d’água, saneamento básico, coleta de lixo, armazenamento da produção agrícola etc.) e de serviços públicos (acompanhamento técnico, extensão rural, capacitação, saúde, educação etc.) necessários à melhoria da qualidade de vida das populações locais.

De outro lado, no extremo mais capitalizado da produção em bases familiares situam-se os produtores vinculados diretamente ao complexo agroindustrial e que, de algum modo, contribuem para o sucesso do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento para o espaço rural brasileiro. Em geral, são produtores de *commodities* ou de produtos mais diferenciados, em termos de rentabilidade econômica, possuem uma forte inserção nos mercados (financeiros, industrial e comercial) e participam de forma expressiva nas exportações e na produção de alimentos para o consumo interno.

Finalmente, há um contingente significativo de trabalhadores expropriados de suas condições de trabalho, que se vêem obrigados, seja de modo temporário ou permanentemente, a se assalariar para garantir a sua reprodução social.

## Perspectivas para a definição de um projeto estratégico

**P**ortanto, o Brasil rural apresenta uma multiplicidade de dimensões que interagem de diferentes formas e com graus diversos de intensidade: às vezes, complementam-se e interpenetram-se, a ponto de confundir até mesmo a classificação e tipificação de determinadas categorias sociais (como, por exemplo, o agricultor familiar tecnificado e capitalizado produtor de grãos ou de carnes, ambos integrados aos complexos agroindustriais); em outros casos, geram processos conflitivos e contraditórios, pois, no limite, um projeto que valoriza exclusivamente a “racionalidade” econômica do empreendimento agrícola, sem considerar seus impactos sociais, culturais e ambientais, em geral, não permite a viabilização de uma estratégia reprodutiva baseada em racionalidades e lógicas de estruturação e de organização específicas.

É necessário destacar que essas interrelações não se exercem entre forças sociais com igualdade de condições e com capacidade de (re)ação semelhantes. A correlação de forças políticas entre os diferentes sujeitos sociais, com projetos distintos de futuro para a sociedade brasileira, permanece sendo desfavorável aos setores que apostam na mudança de paradigma do desenvolvimento e que valorizam a incorporação de um enfoque sustentável. Nesse sentido, as relações entre esses diferentes segmentos presentes no Brasil rural produzem formas de dependência de um segmento para com o outro (os recursos do crédito rural captados pela agricultura familiar são transferidos, em grande parte, para o setor a montante do complexo agroindustrial, favorecendo em grande parte as empresas transnacionais) e geram dinâmicas que con-

duzem cotidianamente uma significativa parcela das famílias do campo à exclusão social.

Nesse sentido, em meio ao avanço da estratégia hegemônica do agronegócio – redutora da biosociodiversidade, destruidora das relações sociais, desarticuladora dos espaços organizativos, padronizadora e uniformizadora dos sistemas de produção e criadora de uma ordem social que subordina o rural às lógicas macroeconômicas –, em meio a todas as dificuldades colocadas pelas forças sociais que dão sustentação à implementação dessa perspectiva, é inegável o surgimento de diversos tipos de iniciativas e experiências concretas desenvolvidas pelas organizações sociais que apontam na direção da construção de diretrizes para um projeto de desenvolvimento fundado em princípios de sustentabilidade e na valorização da agricultura familiar.

Além disso, é preciso reconhecer também os avanços dados nos últimos anos, em particular pelo governo federal, no que diz respeito à implementação de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e a dinamização dos territórios rurais. A nacionalização da implementação do Pronaf, bem como a ampliação do volume de recursos e do número de famílias beneficiárias e a diversificação de suas linhas de atuação (agroindústria, agroecologia, mulher, jovem, floresta, habitação, turismo rural etc.), a ampliação dos recursos destinados à constituição de territórios rurais (Pronat), a criação de programas voltados para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a implementação de programas voltados para garantir a produção e a comercialização agrícola (garantia-safra, seguro e aquisição de alimentos), a definição de uma nova política de acompanhamento técnico e extensão rural, o fortalecimento dos processos de capacitação e qualificação profissional, a unificação dos programas

assistenciais num único programa (o Bolsa Família), o incentivo à incorporação de uma perspectiva de gênero, raça, geração e etnia no conjunto dos programas, a busca de integração das ações institucionais, a definição de parcerias com as organizações sociais para implementar parte desses programas, dentre outras iniciativas do governo federal, configuram-se em importantes medidas que têm contribuído decisivamente para a consolidação de uma alternativa política baseada no fortalecimento da agricultura familiar.

Verificam-se, pois, duas perspectivas bem distintas, caminhando lado a lado, gerando tensões e conflitos permanentes e, no limite, irreconciliáveis. É desse conflito de interesses e projetos atualmente em jogo no País que se deve buscar os caminhos que contribuam para iluminar a reflexão sobre que projeto de futuro se quer para o Brasil rural. Qual o projeto estratégico para o Brasil rural? Qual o papel do rural na construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável? E, principalmente, qual o papel a ser desempenhado pela agricultura familiar no bojo desse projeto?

Para se definir uma estratégia voltada para a construção de um Brasil rural sustentável que fortaleça as formas de produção familiar faz-se necessário uma profunda reformulação no atual padrão de desenvolvimento nacional. A implementação desse projeto requer um processo de planejamento de médio e longo prazos, com a definição de novas estratégias, novas diretrizes e novos instrumentos de política pública e também uma profunda rearticulação do setor agrícola com os demais setores da economia. Esse desafio implica ainda na construção de uma nova institucionalidade, de um arranjo institucional que permita uma ação mais articulada entre as políticas públicas, bem como entre o Estado (em suas diferentes esferas), as organizações da soci-

idade civil e as empresas de iniciativa privada.

Portanto, para superar a concepção setorial do rural e percebê-lo na sua dimensão territorial, do ponto de vista do planejamento das políticas de desenvolvimento, faz-se necessário viabilizar um processo de transição factível das ações setoriais para uma integração e complementaridade das intervenções governamentais, e destas com os outros setores da sociedade. Enfatiza-se, assim, um processo de mobilização e de interlocução entre o Estado e os diferentes atores sociais, buscando valorizar a importância de se formular democraticamente políticas de desenvolvimento, com suas respectivas diretrizes e prioridades de ação. Significa ainda a necessidade de se adotar uma perspectiva de desenvolvimento que, ao invés de esvaziar o rural de suas potencialidades e virtudes, contribua para

abrir novas oportunidades, revitalizando, dinamizando e fortalecendo, particularmente, a agricultura familiar como eixo estratégico de um projeto que precisa se articular a outros segmentos econômicos (rurais e urbanos). Nesse sentido, significa apostar na incorporação de uma complexa teia formada pelas diversidades e heterogeneidades sociais, culturais, econômicas e ambientais, enquanto fatores dinâmicos e estratégicos no processo de planejamento do desenvolvimento rural sustentável.

Assim, a I Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável terá que enfrentar de forma democrática as diferentes concepções políticas inerentes a esse debate e formular um conjunto de diretrizes estratégicas que impulsionem a implementação de políticas públicas que efetivamente viabilizem a construção de um projeto sustentável para o Brasil rural.